

“Minha querida Maria Rita”: o General Câmara na campanha do Uruguai (1864- 1865) através de cartas a esposa.

**"My dear Maria Rita":
General Câmara on the campaign of Uruguay (1864-1865) through letters
to wife.**

André Fertig¹

Resumo: Este artigo enfoca a atuação do General José Antonio Correia da Câmara na intervenção do Brasil no Uruguai, desde a saída em Porto Alegre no início de 1864 até a tomada brasileira de Montevideú em fevereiro de 1865. Como fontes de análise utilizaremos as cartas enviadas por Câmara a sua esposa, Maria Rita Fernandes Pinheiro. Com tal propósito objetivamos compreender, principalmente, as percepções de Câmara sobre o trajeto percorrido por ele para chegar a fronteira meridional e suas dificuldades, as condições e cotidiano de sua vida militar, os preparativos militares para o enfrentamento contra os blancos uruguaios, bem como desejamos tratar do âmbito privado da vida de Câmara, ao buscar focar sua vivência pessoal no conflito, seus sentimentos expressados em relação as questões da guerra, assim como assuntos estritamente pessoais, como informações e sensibilidades expressadas sobre a sua condição pessoal de vida e de sua família, algo que as cartas nos informam de maneira privilegiada.

Palavras-chave: história política, história militar, correspondências.

Abstract: This article focuses on the role of General Antonio José Correia da Câmara in Brazil's intervention in Uruguay, since the output in Porto Alegre in early 1864 to take the Brazilian Montevideo in February 1865. As sources of analysis will use the letters sent Câmara to his wife, Maria Rita Fernandes Pinheiro. With this in mind we aim to understand, especially the perceptions of Câmara about the route taken by him to reach southern boundary and its

¹ Professor Adjunto do departamento de história da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em História (UFSM), doutor em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na pesquisa dos fontes contamos com o auxílio do graduando do curso de história da UFSM Guilherme de Mattos Grundling.

difficulties, the conditions of his everyday military life, military preparations for the confrontation against the Uruguayan Blancos, and we wish dealing with the private life of Câmara, to seek his personal experience focusing on conflict, expressed his feelings about the issues of war, as well as matters of purely personal, sensibilities and expressed as information about their personal condition life and his family, something that the letters tell us so privileged.

Keywords: political history, military history, correspondences.

A pesquisa histórica, em âmbito acadêmico, nas últimas décadas, voltou a preocupar-se com o papel do indivíduo no processo histórico. Esquecido ou colocado a margem por muitos historiadores do século XX, influenciados teoricamente, em grande parte, pelos marxismos ou pela Escola dos Annales, o indivíduo retornou como preocupação máxima e objeto de pesquisa desde o final do século XX e atualmente recebe atenção privilegiada, haja vista a quantidade de produções historiográficas que resultam em biografias, estudos de trajetórias e vivências pessoais, estudos de caso de homens e mulheres, tanto da elite como de estratos sociais mais baixos da sociedade, como marginalizados ou excluídos.

Mesmo quando os historiadores se preocupam em realizar uma história do tipo sociológica, como a história política das elites ou a história agrária, somente para citar duas abordagens, há quase sempre a intenção do historiador – que usualmente dialoga, entre outras inspirações teóricas e metodológicas, com a microhistória italiana e/ou com a teoria das redes sociais - em focar o indivíduo concreto, suas ideias, ações, experiências de vida e sociabilidade.

Do ponto de vista metodológico, o uso privilegiado de cartas como fonte histórica na pesquisa, está relacionado ao objetivo de abordar o indivíduo na história. Consideramos as cartas como um escrito autobiográfico, uma escrita de si em diálogo com um outro, na qual o indivíduo, como sugere Teresa Malatian, “assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (MALATIAN, 2009, p. 195). Além disso, através das cartas o historiador consegue chegar a dimensão privada da vida, na qual sentimentos, emoções, experiências são relatadas do ponto de vista pessoal e, na maior parte das vezes, entrelaçando vida privada com vida pública, estabelecem um diálogo interessante, na perspectiva e desejo de todo historiador, que deve ser, de

abordar tanto o indivíduo quanto o contexto em que ele estava inserido, buscando realizar uma narrativa historiográfica que faça a articulação necessária e fundamental entre texto/contexto, indivíduo/sociedade, enfim, que, partindo de uma pessoa ou de um elemento singular do passado, consiga ampliar a abordagem para uma história mais global. Renato Lemos, em estudo sobre Benjamin Constant, exemplifica com pertinência essa preocupação que o historiador possui ao se interessar pelo indivíduo na história:

Examinada de um ponto de vista que integra, como fatores explicativos da sua expressão social, particularidades biográficas e questões conjunturais, a vida de Benjamin Constant indica como o individual e o coletivo configuram a ampla zona de intersecção em que a biografia ganha sentido histórico. A significação geral de sua vida individual deriva do caminho que percorreu na sua formação pessoal, especialmente no que diz respeito a opções feitas diante de encruzilhadas intelectuais e políticas. Nesse percurso, algumas de suas intervenções pessoais contribuíram para alterar o rumo do processo histórico brasileiro. Há em sua vida, entretanto, significados particulares emblemáticos da maneira como tendências gerais são sintetizadas pelo indivíduo, tornando-o em si um rico objeto de estudo (LEMOS, 1997, p. 67-68).

É dessa maneira que pretendemos abordar a história do General Câmara, entrelaçando o individual e o social, percorrendo a trajetória de atuação do personagem em um contexto específico, sua viagem em direção à fronteira meridional até Montevideu e, ao longo desse percurso, os acampamentos militares em que se estabeleceu quando estava a caminho do Estado Oriental, bem como os primeiros enfrentamentos bélicos em que atuou contra os blancos uruguaios. Também desejamos compreender suas ações e seu pensamento, ou seja, seu papel de representação e intervenção no processo histórico, afinal Câmara era um personagem que possuía - por ser um militar de alta patente e uma liderança política emergente - esse poder de alterar o rumo dos acontecimentos e de nos oferecer um testemunho privilegiado sobre o que estava acontecendo no Paraguai. Ao mesmo tempo, buscamos identificar, como diz a citação acima, como tendências mais gerais foram sintetizadas por Câmara, como, por exemplo, a política externa e os enfrentamentos bélicos na Região do Prata, fenômenos gerais daquela conjuntura que podem ser exemplificados por intermédio desse personagem singular.

Tarefa árdua e quase sempre discutível, cabe ao historiador dimensionar o poder de atuação dos indivíduos na história, visto que faz parte do seu ofício, como observou Antoine Prost, hierarquizar as causas de um determinado fenômeno histórico e o papel dos indivíduos nesse fenômeno. Neste aspecto, defendemos a relevância de nosso personagem de estudo, um militar e político de destaque, pois, segundo Prost, o historiador não pode explicar exclusivamente pelas “tendências pesadas” ou a partir “das intervenções dos atores”, mas cabe a ele cruzar as duas dimensões e construir “um universo de responsabilidades sob coações, onde a fatalidade é excluída, mas onde a liberdade jamais é total. De acordo com o tipo de história que fazem, os historiadores são mais sensíveis ao peso das coações ou ao papel dos atores” (PROST, 2000, p. 15). Ainda segundo Prost, a história política, dos partidos, governos, revoluções e golpes de Estado, estaria mais ao lado dos atores, acentuando a importância dos indivíduos. Aproveitaremos esta característica da história política para valorizar nosso indivíduo, José Antonio Correa da Câmara.

Salientamos que o retorno do destaque do indivíduo na pesquisa histórica não pode ser um retorno à biografia tradicional, de caráter factual, cronológico, que descola o indivíduo da sociedade em que ele estava inserido e constrói figuras heroicas. O caso do General Câmara serviria como uma luva a quem desejasse escrever este tipo de história que constrói e idealiza comandantes militares e lideranças políticas. Entretanto, sem a cobiça de recuperar o General Câmara *verdadeiro*, visto que este é um objetivo impossível, muito menos em idealizá-lo como herói, pretendemos apresentar uma versão plausível das percepções do General quando estava a caminho dos conflitos bélicos na região do Prata com a preocupação que os estudos históricos biográficos devem ter de explicar, analisar e problematizar o passado em foco. Portanto, como defende Benito Schmidt, para além do oportunismo editorial, “a retomada atual do gênero, pelo menos em certos casos, tratou de recolocar a possibilidade de articulação entre narrativa biográfica e história-problema” (SCHMIDT, 2003, p. 65).

Assim, como todo historiador deve estudar os homens no tempo passado orientado por questões, pois fazer perguntas significa a possibilidade de se montar, quase sempre através de um mosaico de razões, uma explicação sobre

este mesmo passado, em síntese, oferecer um sentido para o passado, tarefa primordial do ofício de historiador, cabe a nós explicitarmos algumas das perguntas que norteiam nossa investigação: Como José Antonio Correa da Câmara percebeu o conflito e sua atuação em âmbito privado, narrando tais percepções a sua interlocutora privilegiada, Maria Rita? Que preocupações, sensações e expectativas ele tinha durante sua permanência nos campos de batalha? Enfim, estas são algumas das perguntas que pretendemos responder a seguir através da análise das cartas enviadas por Câmara à Maria Rita.

“Teu marido e amigo de coração José”

As cartas, assim como diários, memórias pessoais e autobiografias, conforme o historiador Renato Lemos, fazem os historiadores praticarem uma espécie de *voyerismo* e exercitarem algo próprio dos seres humanos, o fascínio pelas histórias da vida privada. A carta íntima, pelo seu caráter essencialmente pessoal, próximo a um diário, como, por exemplo, as cartas trocadas entre D. Pedro II e a Condessa Barral ou as que são nosso objeto de estudo, trocadas entre o General Câmara e sua esposa Maria Rita possuem – com certas reservas – a marca da sinceridade, um “efeito de real” significativo, pois constituem uma conversa a dois, sem testemunhas presentes e com a finalidade de “abolir a distância” entre as pessoas (LEMOS, 2004, p. 11-13).

Portanto, nosso objeto de investigação é um indivíduo, José Antonio Correa da Câmara. Nossa intenção, no entanto, não é realizar uma pesquisa biográfica, mas sim se valer de uma pessoa – um importante personagem militar e político – como porta de entrada para a história do Brasil na segunda metade do século XIX e, neste artigo, sua atuação e olhar quando dirigia-se à fronteira platina e atuava na intervenção militar brasileira no Uruguai por intermédio das cartas que enviava a sua esposa, Maria Rita.

As cartas do General interessam por tudo aquilo que um militar informou ou “conversou”, em âmbito privado com a esposa e que, provavelmente, não faziam parte de seus diálogos ou trocas de missivas com seus colegas de farda e da política. Portanto, sua versão sobre os preparativos para a guerra, assim

como suas questões pessoais como sentimentos e problemas pelos quais passava, representam o foco de nossa análise.

José Antonio Correa da Câmara nasceu em Porto Alegre em 1824 e faleceu no Rio de Janeiro em 1893, iniciou sua carreira militar em 1839, durante a Guerra Farroupilha, no 3º Regimento de Cavalaria Ligeira, lutando pelo Império, assim como esteve nas campanhas militares no Uruguai entre 1851-1852. Câmara casou-se com Maria Rita Fernandes Pinheiro em Porto Alegre no dia 2 de julho de 1851.² Portanto, quando partiu de Porto Alegre em direção a fronteira com o Uruguai, em fevereiro de 1864, aos 40 anos de idade, ele já possuía um estimável currículo de participações em conflitos bélicos a serviço do Império do Brasil. Através da leitura das cartas de Câmara à Maria Rita foi possível recuperar o trajeto percorrido por Câmara em direção a região da guerra. Identificamos que ele passou, ao longo do ano de 1864, liderando o 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, pelas seguintes localidades - Santo Amaro, Rio Pardo, Cachoeira, São Gabriel, Rosário, Alegrete, Santana do Livramento, Bagé, chegando, nos primeiros dias de novembro de 1864, ao rio Piraí-Grande, norte de Bagé, quando reuniu-se às tropas comandadas por João Propício Menna Barreto que dirigiam-se ao Uruguai para enfrentar os blancos.

Em uma das primeiras cartas à Maria Rita, Câmara já expressava um sentimento que era recorrente em quase todas as missivas, a saudade que sentia dela e dos filhos. Além de descrever a “péssima viagem” que teve de Santo Amaro a Rio Pardo em um lanchão, no qual estavam 25 passageiros “deitados uns por cima dos outros” em uma noite de chuva e afirmar que em nenhuma das

² Maria Rita Fernandes Pinheiro nasceu em Porto Alegre em 23 de junho de 1829 e era filha de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), que estudou na Universidade de Coimbra e veio ao Rio Grande do Sul para ser Juiz da Alfândega em Porto Alegre em 1804. Fernandes Pinheiro participou, como coronel, no Exército Pacificador (1811/12). Em 1820, no contexto da Revolução do Porto, foi eleito deputado nas Cortes de Lisboa pela Província de São Paulo. Com a independência ele aderiu a D. Pedro I, sendo eleito para a Assembleia Constituinte pelo Rio Grande do Sul e, quando esta foi dissolvida, ele foi nomeado, em março de 1824, Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Em 1826 o Visconde de São Leopoldo assumiu o Ministério do Império, quando também foi escolhido senador pelo Rio Grande do Sul, instituição em que atuou até 1843, quando se afastou por problemas de saúde. Do ponto de vista da produção do conhecimento histórico, Fernandes Pinheiro é considerado o primeiro historiador do Rio Grande do Sul, por ter escrito em 1819 os “Anais da Capitania de São Pedro”. Ou seja, o sogro de José Antonio Correa da Câmara era uma das principais lideranças da Província, tanto como político e intelectual como também militar, o que nos ilustra ainda a prática usual dos casamentos entre membros da elite como a formação de redes familiares que oferecem condições para a concentração de patrimônios e o fortalecimento do poder e status de seus componentes, fundamentalmente dos homens atuantes no mundo da política brasileira dos oitocentos. Para mais informações ver CARVALHO, 1937.

campanhas anteriores havia passado tão mal, Câmara não se esqueceu da esposa e dos filhos:

Que saudades tenho tuas, minha Maria Rita, e como tenho a eles na imaginação. Parece-me que os estou ainda, abraçando, que ainda os beijo e lhes ouço os soluços. Cruel instante foi esse para mim, nunca tendo experimentado o que então senti. O que me pressagia o coração? Não sei... (...) Abraça e beija mil vezes ao meu Felipe, Alfredo, Sinhá, Adelina e a pequenina. Pobres dos meus filhos...quando os verei?! Eu te aperto contra o coração minha extremosa e querida amiga. Saudações à família. Teu amante marido Jé. (CÂMARA, 1970, p. 92-93).³

Em 9 de março de 1864, depois de deixar São Gabriel, Câmara acampado em Inhatium, a caminho de Alegrete, enviou carta a esposa em que, mais uma vez, além de informar sobre suas atividades militares, que levava 4 carretas com fardamento para o regimento, salientava que sentia “a mais amarga saudade...” de Maria Rita. Em relação aos filhos dizia que sentia não poder “apertá-los contra o coração”, expressão que ele repetia em várias cartas (Idem, p. 95).

Além de expressar seus sentimentos em relação a família, as cartas de Câmara permitem chegar as representações que o militar produziu acerca dos lugares pelos quais passou durante o ano de 1864. Em correspondência de 11 de março, Câmara descrevia Rosário como uma “povoaçãozinha de 20 e tantas casas (...) tem duas sotéias e uma igreja. Tem também uma estalagem, onde tomei café com leite às 6 da manhã, dando uma pataca por uma xícara” (Idem, p.95-96).

De Rosário o regimento de Câmara seguiu para Alegrete, permanecendo ali por cerca de dois meses. No início de maio de 1864 Câmara partiu para Santana do Livramento, onde ficou estacionado até final de outubro daquele ano. Nessa cidade o general, pelo tempo de permanência, alugou uma casa para morar, estabeleceu uma rotina e realizava diariamente suas tarefas como militar, conforme descreveu em carta de 12 de agosto de 1864:

Minha querida Maria Rita. Não sei se devo a saúde que gozo à vida ativa que levo. Levanto-me sempre muito cedo. Tomo mate

³ Estamos utilizando como fonte as cartas selecionadas e transcritas por Rinaldo da Câmara, neto de José Antonio Correa da Câmara. Infelizmente, até o momento, mesmo no fundo General Câmara, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), não encontramos as cartas enviadas por Maria Rita à Câmara.

e ocupo-me até as 9 com os papéis do Regimento; a esta hora vou ao quartel assistir à parada; volto e almoço, e as 11 vou dar o serviço, ocasião em que comparecem todos os oficiais. Venho para casa ao meio-dia ou pouco mais tarde e às 4 torno ao quartel para dirigir os exercícios do Regimento, na praça, os quais só terminam ao pôr do sol. Recolho-me então para descansar e à noite vou a casa do Chiquinho, donde saio às 10 ou 11 horas da noite. Eis aí a minha vida de todos os dias, que levo já, com pouca resignação, por que lembro-me, minha amiga, que tão cedo não poderei ver-te, nem abraçar aos meus queridos filhos. Ontem a pequenina fez 9 meses. Teu extremoso amigo Jé (Idem, p. 101).

Pela carta acima, percebemos uma rotina metódica de Câmara, algo provavelmente usual para um militar em destacamento e que, a partir de outras fontes já pesquisadas a seu respeito, como as cartas enviadas por ele a esposa durante o período em que atuou como senador no Rio de Janeiro, na década de 1880, fazia parte de sua vida, tanto na esfera militar como na política. Além disso, os exercícios com o regimento nos sugerem a preocupação dele em preparar sua corporação para um possível conflito, visto que havia, naquele momento, a perspectiva de uma guerra com o Uruguai. O interessante é que, pelas suas narrativas, ele ainda não sabia ao certo com quem seria o confronto e, naquele agosto de 1864, tudo levava a crer ao futuro Visconde de Pelotas que a disputa se travaria com os blancos uruguaios, visto que desde quando assumiu o governo em 1860, o blanco Bernardo Berro vinha fazendo uma política contrária aos interesses dos estancieiros brasileiros residentes no Uruguai, pois buscava frear a penetração dos brasileiros em território urguai e, em 1861, não havia renovado o Tratado de 1851 com o Brasil. Seu sucessor a partir de 1864, o também blanco Atanásio Aguirre, manteve idêntica política, o que intensificou o ambiente hostil aos interesses dos proprietários de terras brasileiros que passaram a pressionar o governo imperial para que interviesse mais uma vez no Uruguai.

E, para aumentar a tensão, desde o ano de 1863, os estancieiros brasileiros residentes no Estado Oriental aliaram-se novamente ao colorado Venâncio Flores para combater os blancos. A pressão dos estancieiros brasileiros residentes no Uruguai para que o Império entrasse em ação contra o governo blanco, tornou-se muito forte. Os grandes proprietários de terras brasileiros, muitos deles charqueadores, como, por exemplo, José Antonio de

Souza Neto, desejavam um governo uruguaio que não impedisse a passagem de gado pela fronteira, nem limitasse o uso de mão de obra escrava. De acordo com Luiz Alberto Muniz Bandeira, o Brigadeiro Neto era um poderoso charqueador que enriquecera fornecendo carne para os exércitos de Manuel Oribe durante o cerco de Montevideu e quando Bernardo Berro estabeleceu tributo sobre o comércio de gado em pé, se voltou contra os blancos, dirigindo-se pessoalmente a Corte no Rio de Janeiro a reclamar em favor da intervenção brasileira no Uruguai (BANDEIRA, 2012, p. 225). Além disso, havia o interesse do próprio governo imperial em ter o Uruguai como aliado em um possível conflito com o Paraguai, razão que fez a diplomacia brasileira entrar em ação de maneira mais incisiva. Em maio de 1864 chegava a Montevideu, em missão diplomática, José Antonio Saraiva, com o intuito de endereçar ao governo uruguaio “o nosso último apelo amigável” (NABUCO, 1997, p. 495).

José Pedro Barrán, historiador uruguaio, avaliou muito bem a impossibilidade, naquele momento, de acordo diplomático entre o Império do Brasil e o governo blanco do Uruguai e a iminência da intervenção brasileira no Estado Oriental:

Em mayo de 1864, El gobierno envió a Montevideo a su emisario José Saraiva. Las instrucciones que tenía eran terminantes. Frente a los crímenes y abusos que, según decía, se habían cometido em el Uruguay contra la vida y propiedad de los brasileños, el gobierno oriental tenía que castigar de inmediato a los criminales, destituir y responsabilizar a los agentes de policía que habían abusado de su autoridad, indemnizar a los propietarios brasileños por los daños que les ocasionaron nuestras guerras civiles, (...) y, por fin, poner en libertad a los súbditos imperiales obligados al servicio militar (BARRÁN, 1992, p. 93).

O chanceler uruguaio Juan José de Herrera rebateu as reclamações brasileiras e não houve acordo. Em agosto de 1864 Saraiva apresentou um ultimato ao Uruguai, afirmando que, se em três dias não se atendessem as solicitações brasileiras, o exército e a esquadra do Brasil dariam proteção a seus compatriotas residentes em território uruguaio. No mesmo mês de agosto José Antonio Saraiva assinava um protocolo com o chanceler argentino, Rufino Elizalde, para a intervenção brasileira no Uruguai. Ao saber do ultimato de

Saraiva o governo paraguaio, que havia estabelecido uma proximidade de interesses com os brancos desde, pelo menos, a ida de Herrera a Assunção em fevereiro de 1862, afirmou que defenderia a independência do Uruguai. Com a intervenção brasileira, após a ocupação da cidade uruguaia de Melo, os paraguaios contra-atacaram em novembro de 1864, quando apreenderam o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que se dirigia, pelo rio Paraguai, ao Mato Grosso, Província que foi invadida pelos paraguaios em 15 de dezembro de 1864.

Contudo, desde meados de 1864, a revolução de Venâncio Flores se tornou um episódio secundário diante da situação conflituosa que se estabelecia entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Essa mudança no cenário político-diplomático na Região do Prata foi sentida, da seguinte maneira, por José Antonio Correa da Câmara. Em carta a Maria Rita, em 22 de agosto, Câmara dizia que o seu regimento estava em ordem de montar “ao primeiro toque e desconfiava que seria “para internarmo-nos no Estado Oriental e começar as represálias, (...)” (CÂMARA, 1970, p. 101-102). Em 9 de setembro Câmara relatava que havia todos os dias a expectativa de marchar para a guerra e que parecia que seria “para o Estado Oriental” (Idem, p. 102). Em carta de 18 de setembro Câmara observava a Maria Rita que marcharia em 10 ou 15 dias, mas que não poderia informar a ela para onde por questões de segurança, por medo de que a carta fosse interceptada. Na correspondência de 23 de setembro de 1864, além de reafirmar seu amor pela esposa temos uma novidade. Pela primeira vez Câmara afirmava que em breve “teremos que entrar no Estado Oriental, os acontecimentos se precipitam e levam-me a julgar que a nossa guerra não seja àquela República e sim com a do Paraguai” (Idem, p. 103).

Na próxima carta à Maria Rita, no dia seguinte, Câmara – além de informar que os progressistas⁴ tinham vencido as eleições em Uruguiana, Alegrete e Bagé - já estava bem ciente dos resultados da missão diplomática de Saraiva e concluía que o Presidente do Paraguai fazia ameaças e que, agora, não se surpreendia se a guerra fosse com o Paraguai, “onde sempre a vi eu”, embora,

⁴ Os progressistas tinham se formado a partir da rearticulação partidária que houve nos anos 1850 com a formação da Liga, chefiada por Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (conservador) e Israel Rodrigues Barcelos (liberal) e com maioria conservadora e a Contra-Liga, liderada por Manuel Marques de Souza (Barão de Porto Alegre), com maioria liberal e matriz do Partido Liberal Progressista no Rio Grande do Sul. José Antonio Correa da Câmara fazia parte do grupo progressista. Para mais informações ver PICCOLO, 1992.

como vimos pelas missivas anteriores, esta certeza não tivesse sido explicitada anteriormente por Câmara (Idem, p. 103).

Essa mudança de expectativa de Câmara em relação ao futuro imediato, ou seja, qual seria o conflito no Prata e contra quem, nos remete a preocupação teórica de Reinhart Koselleck em buscar caracterizar o tempo histórico em que viviam os homens do passado. Segundo Koselleck, a partir da análise das experiências dos homens do passado e suas expectativas em relação ao futuro – o futuro do passado – é que podemos entender e caracterizar melhor o tempo histórico que é objeto de nossa investigação. Neste sentido, ao compreendermos a experiência de Câmara em relação ao que estava acontecendo, ou seja, qual era sua atuação, bem como enfocando a sua perspectiva de futuro, entendendo o que orientava a sua lógica de ação e quais expectativas moviam esta mesma ação, estamos buscando nos aproximar do tempo histórico em que viveu, pensou e agiu José Antonio Correa da Câmara (KOSELLECK, 2006).

Nas cartas de Câmara, além dos informes sobre o contexto político-militar, outros temas eram recorrentes, como os comentários sobre o clima. Por exemplo, na missiva de 26 de setembro, quando ainda se encontrava em Santana do Livramento, para nossa estranheza, afinal era já o mês de setembro, ele dizia que o inverno continuava “muito rigoroso”, tendo caído neve no dia anterior até às 4 horas da tarde (CÂMARA, 1970, p. 104). Já em novembro de 1864, quando estavam acampados em Piraí, próximo a Bagé, com 4 batalhões, 3 Corpos da Guarda Nacional, 2 Regimentos de Cavalaria e o Corpo de Artilharia, ao mesmo tempo em que reclamava do clima, agora em razão do calor, sua descrição sobre as atividades militares, sua condição de saúde e o próprio acampamento era positiva:

(...) Se em Santana já tinha muito que fazer, aqui o trabalho triplica, com os exercícios, às 5 da manhã e às 4 da tarde. Moro em uma barraca armada em uma colina, tendo apenas, para abrigar-me do sol ardente alguns ramos de árvore que fiz fincar ao redor. Há momentos que parece-me estar num forno. Felizmente, mercê de Deus, continuo a gozar boa saúde. O acampamento é bonito de ver, sobretudo a tarde, porque a essas horas formam todos os corpos para exercícios, sendo que os de fogo são feitos pela manhã, durante hora e meia (CÂMARA, 1970, p. 106).

Em 3 de dezembro de 1864 Câmara informava à Maria Rita que havia cruzado a fronteira e, mais uma vez, como no final da maioria das cartas, não esquecia dos filhos:

No dia primeiro deste mês entramos no Estado Oriental. Estamos hoje a 2 e meia léguas da fronteira. A nossa demora aqui será de 2 a 3 dias; esperamos apenas por umas carretas com munição e dinheiro, que nos vem de Bagé. Escrevo-te as 10 horas do dia; faz um sol ardente e não corre a menor aragem. Chama os nossos filhos e dize que lhes mando abençoar por ti, e que deitando-lhes a minha bênção fico rogando a Deus para que os faça felizes. Abraço-te...Jé (Idem, p. 107).

A chegada a Paisandu aconteceu em 15 de dezembro de 1864, quando houve o sítio a cidade. Segundo Câmara, que havia recebido do Almirante Tamandaré o comando da força de infantaria e artilharia que estavam em Paisandu, o sítio provocou dificuldades extremas à população local, visto que famílias abandonaram suas casas e passaram a viver “pela margem do rio com a roupa do corpo, sofrendo horrivelmente” e que, no dia do ataque haviam morrido “algumas crianças e mulheres, pelas balas de artilharia” (Idem, p. 108).

O ataque a Paisandu, em janeiro de 1865, foi descrito extensamente por Câmara à Maria Rita em carta do dia 3. Ele ressaltava que, a pedido do Almirante Tamandaré, comandava 400 homens de infantaria e marinheiros, organizados em um batalhão, que, no dia 31 de dezembro, às 8 e meia da manhã havia atacado a cidade, juntamente com a brigada do Coronel Sampaio. Apesar de recebidos pelo fogo da artilharia, Câmara relatava que as tropas foram avançando e, duas ou três horas depois de iniciado o conflito, tinham “desalojado o inimigo”. Um dos comentários mais contundentes de Câmara, na carta, foi a experiência da proximidade da morte, assim narrada:

Foi horrível, minha Maria Rita, o quadro que presenciei, vendo cair junto a mim, oficiais e soldados, casas incendiadas, todas abandonadas e saqueadas, (...) Foi no dia 31, quando entrávamos em ataque, que um oficial deu-me a tua apreciada carta de 25 de novembro. Não a pude ler, então, porque caminhava e com a morte diante de mim, vendo cair a cada momento feridos e mortos, os nossos soldados. Só no dia 1º, ainda em fogo, a pude ler, pensando que fosse a última que lesse, tua. Mercê de Deus fui poupado pelas balas e escrevo-te,

minha amiga, nada mais sentindo que muito cansaço (Idem, p. 109).

Depois da conquista de Paisandu e de vários problemas decorrentes dela, como a falta de alimentos e uma epidemia de cólera que atingiu centenas de soldados, inclusive Câmara, as forças brasileiras rumaram em direção a Montevideú, chegando nas proximidades da capital uruguaia no início de fevereiro. Segundo Câmara, Montevideú foi avistada em 2 de fevereiro e no dia 3, acampado em um subúrbio, ele fazia uma descrição dela:

Hoje estamos acampados, entre quintais, a 3 léguas da cidade. Tudo é muito bonito, lindas plantações e abundantes pomares. Começam a chegar ao acampamento, carroças carregadas de frutas e gêneros, estes agora mais baratos, (...) Montevideú tem uma rua tão extensa que vem terminar em uma parte da cidade chamada União, (...) Para aí é que foram os batalhões e artilharia, e onde está também o Propício (João Propício Menna Barreto). Estamos, pois, já sitiando a cidade, sendo duvidosa a época em que a tomaremos, por isso que temos que esperar mais infantaria da Corte (Idem, p. 113).

Em 20 de fevereiro de 1865, com apoio decisivo brasileiro e também argentino, acordou-se a paz, ou seja, a rendição de Montevideú: os blancos uruguaio estavam derrotados. O governo uruguaio deveria ser exercido provisoriamente por Venancio Flores. A partir dessa situação de subordinação do Uruguai aos interesses privados dos estancieiros brasileiros e políticos do Império do Brasil e da República da Argentina, as condições para a formação da Tríplice Aliança para enfrentar o Paraguai estavam concretizadas e, portanto, bastava sua formalização para que, como sabemos, se deflagraisse um novo conflito, já percebido como iminente pelo próprio Câmara em suas cartas à Maria Rita. Mas dessa guerra, pela sua dimensão e desdobramentos, não trataremos aqui.

O que pretendemos mostrar, através da análise das cartas de Câmara à Maria Rita, ao longo do ano de 1864 e início de 1865, foi seu cotidiano, como militar, em destacamento e em deslocamento para a guerra na fronteira meridional do Brasil. Objetivamos também compreender Câmara como homem, esposo e pai, que sentia a ausência da mulher e a distância dos filhos, se preocupava com o bem estar de seus familiares e, inclusive em razão da distância, fazia questão de expressar tais sentimentos quando se dirigia à

esposa. Além disso, na perspectiva individual, Câmara cumpria uma missão militar cujo objetivo final ainda não estava definido, o que, de certa maneira, apesar de sua experiência com militar, poderia deixá-lo inseguro e com expectativas duvidosas em relação ao futuro imediato. Acrescente-se a isso, dilemas próprios de um militar em destacamento e rumando para a guerra, que lamentava suas doenças, que reclamava do clima e demais condições da vida militar e que, como qualquer ser humano num campo de batalha, “via a morte” de perto e explicitava seu medo nas cartas.

Para concluir, precisamos salientar que Câmara não só sobreviveu a intervenção brasileira no Uruguai como, sua atuação, logo depois, na Guerra do Paraguai, fez com que ele se tornasse conhecido como grande comandante militar. Cabe lembrar que sua participação no desfecho do conflito foi decisiva, visto que Câmara esteve presente na perseguição final à Solano Lopes em Cerro Corá, em março de 1870, e, quando o Conde D´Eu retornou ao Brasil, foi ele quem ficou como Comandante Geral das tropas do Império no Paraguai. No retorno do Paraguai, o General Câmara, como recompensa pelos serviços prestados na guerra, recebeu o título de Visconde de Pelotas. Além disso, após a guerra, ele se destacou mais ainda na esfera política, ascendendo a cargos políticos no governo imperial, como Ministro da Guerra no gabinete liberal de Saraiva e senador liberal entre os anos 1880-1889. Com a República foi o primeiro Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (15/11/1889-11/02/1890).

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-91.

CÂMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: sua vida militar (v. 2)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

CARVALHO, Mario Teixeira de. **Nobiliário sul-riograndense**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2010.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.

LEMOS, Renato. Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. **Estudos Históricos**, n. 19, 1997.

LEMOS, Renato. **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NAHUM, Benjamin. **Breve historia del Uruguay Independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

PICCOLO, Helga. **Vida política no século 19**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

POMER, Leon. **Os conflitos da bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, s/d;

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? **Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, dezembro de 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história e cultura**, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan/jun 2003.

Recebido em Agosto de 2012

Aprovado em Setembro de 2012